

Universidades Lusíada

Simões, João
Vieira, Susana
Fernandes, Vítor Manuel Ramon, 1960-

**Eleições presidenciais no Chipre (5 e 12 de
Fevereiro de 2023)**

<http://hdl.handle.net/11067/7139>
<https://doi.org/10.34628/yycct-0x64>

Metadados

Data de Publicação	2023
Palavras Chave	Presidentes - Chipre - Eleições
Tipo	article
Revisão de Pares	Não
Coleções	[ILID-CEJEA] Polis, s. 2, n. 07 (Janeiro-Junho 2023)

Esta página foi gerada automaticamente em 2025-05-12T23:45:34Z com
informação proveniente do Repositório

Eleições presidenciais no Chipre (5 e 12 de Fevereiro de 2023)

João Simões¹
Susana Vieira²
Vítor Ramon Fernandes³

DOI: <https://doi.org/10.34628/yyct-0x64>

1. Introdução

Desde a sua independência em 1960 que a história da República de Chipre tem sido tumultuosa. De facto, pouco depois dessa data sucederam-se tensões étnicas que acabaram por condicionar o seu futuro.⁴ Os primeiros confrontos ocorreram em 1963 e em 1964 foi colocada uma força de paz da Organização das Nações Unidas, a UNFICYP, para evitar uma escalada entre cipriotas-gregos e cipriotas-turcos.⁵ Apesar disso, as tensões persistiram durante cerca de uma década. O golpe militar de 1974 e a invasão turca com a ocupação de 37% do norte da ilha vieram também alterar a situação de um modo muito significativo. Em resultado dessa invasão, os cipriotas-gregos tenderam a instalar-se no sul da ilha e os cipriotas-turcos a norte.⁶

Com estes acontecimentos, Chipre passou a ser um país reconhecido internacionalmente e dominado por cipriotas-gregos, mas com uma parte do seu território ocupado e apenas reconhecido pela Turquia. Esta questão tem dominado muito da política de Chipre, quer a nível interno quer externo, através do que tem sido conhecido como o ‘Problema cipriota’.⁷ Não obstante, a política de Chipre vai muito para além disso e tanto o contexto político interno como externo merecem destaque pela influência que têm sobre os acontecimentos e o posicionamento de Chipre no sistema internacional.

O que se segue está organizado da seguinte forma: após uma breve introdução, apresenta-se uma análise sobre a inserção de Chipre no sistema internacional até à constituição da República Turca do Norte do Chipre. Segue-se uma apresentação sobre o sistema eleitoral de Chipre. Depois disso, analisam-se os resultados das eleições presidenciais mais recentes, de Fevereiro de 2023. O ponto seguinte discute a temática da abstenção em Chipre, na sequência do estudo “A Abstenção Eleitoral Em Tempos de Pandemia Covid-19 (Análise de 36 Actos Eleitorais em 26 Estados Espalhados pelo Mundo)”⁸ realizado pelo Observatório Eleitoral Internacional em 2022. O artigo termina com uma breve análise sobre a política externa de Chipre.

2. A inserção de Chipre no sistema internacional⁹

A par da Sicília, da Sardenha, da Córsega e de Creta, Chipre é uma das grandes ilhas mediterrânicas, sendo a que se situa mais a oriente, entre a Anatólia e a margem mediterrânica do Médio Oriente. Por volta da década de 1950, surgiu entre os líderes cipriotas-turcos e os líderes turcos a ideia de constituir no norte da ilha um Estado turco independente. Estes defendiam que a ilha era uma extensão turca da Anatólia, e assim sendo, defendiam a anexação de Chipre à Turquia.¹⁰ Por sua vez, a população cipriota grega, representando cerca de 80% da ilha em 1950, desenvolveu uma luta pela autodeterminação e união com a Grécia (Enosis)¹¹, liderada pela EOKA.¹²

Em 1950 surgiu então a afirmação em políticas nacionalistas da dicotomia dos nacionalismos pró-Grécia e pró-Turquia. Ainda assim, em 1955, a EOKA numa primeira tentativa, poucos meses após o início da revolta por si liderada¹³, procurou chegar a um compromisso com a comunidade

1 Licenciado em Relações Internacionais e Mestrando em Segurança e Justiça na Universidade Lusíada. Investigador colaborador do CEJEA (Centro de Estudos Jurídicos Económicos e Ambientais, da Universidade Lusíada).

2 Licenciada em Relações Internacionais e Mestranda em Segurança e Justiça na Universidade Lusíada. Investigadora colaboradora do CEJEA (Centro de Estudos Jurídicos Económicos e Ambientais, da Universidade Lusíada).

3 Professor Auxiliar na Licenciatura de Relações Internacionais na Universidade Lusíada. Investigador integrado do CEJEA (Centro de Estudos Jurídicos Económicos e Ambientais, da Universidade Lusíada).

4 Mallinson, W. (2008). *Cyprus: A Modern History*. New York: I.B. Tauris.

5 Dodd, C. 2010. *The History and Politics of the Cyprus Conflict*. Basingstoke: Palgrave Macmillan.

6 Michael, M.S. 2009. *Resolving the Cyprus Conflict: Negotiating History*. New York: Palgrave Macmillan.

7 Christou, G., & George, K. 2017. “The Impact of the Eurozone Crisis on National Foreign Policy: Enhancing Europeanization in the Case of Cyprus.” *Journal of Common Market Studies*, 55 (6): 1290-1305.

8 Estudo disponível in <http://revistas.lis.ulusiada.pt/index.php/polis/issue/view/206>, pp. 167-168 (pp. 169-170, na versão em inglês).

9 Consultar Vieira, S., & Simões, J. (2021). Eleições legislativas do Chipre (30 de Maio de 2021). *Polis*, 2(3), 181–184.

10 Charalambides, Y. (2011). *Cyprus Issue: Diplomatic Plots, top secret documents and testimonies from 1950 to 2010*. Athens: Athens Piotita; Charalambides, Y. (2014). The Trojan War and the “Porcelains of Prague”: A Comparative Analysis Between the Conflicts of Cyprus, Nagorno-karabakh And Kosovo. *21's Century*, 1(15), 25–55; Sarris, N. (1982). *The Other Side: Vol. 2 (1955-1963)*. Grammi.

11 Charalambides, Y. (2014). The Trojan War and the “Porcelains of Prague”: A Comparative Analysis between the Conflicts of Cyprus, Nagorno-Karabakh and Kosovo. *21's Century*, 1(15), 25–55.; Ker-Lindsay, J. (2011). *The Cyprus Problem: What Everyone Needs to Know*. Oxford and New York: Oxford University Press.

12 Foi uma organização anticolonialista e nacionalista greco-cipriota que lutou contra as forças coloniais britânicas pela autodeterminação do Chipre e pela união com a Grécia.

13 Ker-Lindsay, J. (2011). *The Cyprus Problem: What Everyone Needs to Know*. Oxford and New York: Oxford University Press. Mallinson,

cipriota-turca. Clarificou a sua posição e explicou que a revolta desencadeada visava pôr fim ao domínio britânico e não era direcionada à comunidade cipriota-turca. Porém, o objetivo último da EOKA, a unificação do Chipre com a Grécia, constituía um grande problema para os cipriotas-turcos que preferiam viver sob domínio britânico a ficar sob controlo da Grécia e assim rejeitaram associar-se à revolta da EOKA¹⁴, passando inclusive a colaborar com as autoridades coloniais. Do que se tratava era de uma disputa contra o colonialismo britânico e o objetivo último de união nunca foi alcançado. Ao invés, as partes envolvidas chegaram à decisão de compromisso em 1960 para a formação de um Estado quase independente sob uma tutela repartida entre a potência colonial, a Grécia e a Turquia. Após a independência da república cipriota foi implementado um quadro constitucional assaz complexo¹⁵, desenhado de uma forma bastante específica para equilibrar o poder entre as comunidades cipriota-grega e cipriota-turca.¹⁶ O Presidente seria eleito pela comunidade cipriota-grega e o Vice-Presidente pela comunidade cipriota-turca. Ambos tinham poder de veto sobre leis e presidiam ao Conselho de Ministros, o qual retratava também o equilíbrio do poder face ao retrato social, constituído por sete Ministros cipriotas-gregos e três cipriotas-turcos.¹⁷

No entanto, as divisões dos anos anteriores rapidamente se fizeram sentir na nova República. Os efeitos da revolta da EOKA e a falta de confiança por parte de ambas as comunidades relativamente ao projeto do novo Estado foram fatores decisivos para que, pouco depois da independência face ao governo britânico, surgissem novos problemas internos. Desde logo, aquele que é comumente apontado como a principal razão para o colapso do novo sistema¹⁸, mais concretamente, a criação de municipalidades separadas entre ambas as comunidades. No entanto a realidade era diferente. As comunidades não viviam completamente separadas e tal facto seria de difícil implementação. Assim, as lideranças cipriotas-gregas defendiam a criação de municipalidades comuns, com a possibilidade de que quando fosse possível se iniciasse o processo de separação étnica.¹⁹ Diferentemente, as lideranças cipriotas-turcas eram favoráveis à criação de municipalidades etnicamente separadas e uma posterior correção dos insucessos e problemas desse tipo de organização urbana.

Foi Makarios, o então Presidente da República, que após mais de um ano de negociações sobre a organização das municipalidades decidiu que o problema poderia ser resolvido por uma abordagem mais ampla com a introdução de um conjunto de emendas à constituição cipriota. As emendas foram apresentadas em 1963, meses após a queda do Governo de Constantine Karamanlis, apesar dos avisos que tinha recebido nesse mesmo ano das autoridades gregas e das autoridades turcas de que a alteração da Constituição poderia provocar mais danos do que providenciar soluções nas relações entre ambas as comunidades

do Chipre.²⁰ Não obstante, Makarios não teve em consideração os avisos que lhe tinham sido feitos e no final de 1963 as tensões entre ambas as comunidades atingiram novos níveis, tendo ocorrido protestos violentos entre as comunidades em Nicósia, rapidamente passando a conflitos armados ao longo de várias cidades.²¹ Uma das consequências imediatas da violência, que se prolongou no tempo, foi a saída dos cipriotas-turcos das instituições do Estado. Muitos deles foram expulsos das suas casas, frequentemente fruto de políticas de limpeza étnica e formaram enclaves cipriotas-turcos protegidos pelas suas forças e com o auxílio da Turquia.²² No seguimento disso, Makarios alterou unilateralmente a organização estrutural da República e Nicósia ficou dividida pela “Linha Verde”²³ com a colocação da missão de manutenção de paz da ONU, a UNFICYP.²⁴

Em 1964, Chipre permaneceu envolto em intensos episódios de violência, sob a ameaça da Turquia invadir a ilha.²⁵ No entanto, um telegrama do Presidente Lyndon B. Johnson, transmitido a 5 de Junho, evitou uma invasão. Nesse telegrama, o Presidente norte-americano avisou que os EUA não lutariam ao lado da Turquia caso a União Soviética invadisse território turco como consequência da incursão turca em Chipre.²⁶ Por sua vez, Makarios e o primeiro-ministro, bem como o então Monarca grego Constantino II, concordaram que *enosis* continuava a ser uma política que devia ser alcançada como objetivo último.²⁷

A conflitualidade entre as facções manteve-se durante os anos que se seguiram, culminando com um Golpe de Estado a 15 de Julho de 1974²⁸, 11 anos após o fim da representação da facção cipriota turca nas instituições do Estado. O golpe foi levado a cabo por nacionalistas cipriotas-gregos da junta militar grega numa tentativa de alcançar o *enosis*. O desenvolvimento dos acontecimentos, levou a que cinco dias depois do golpe ter ocorrido, a Turquia invadisse Chipre, culminando com a captura do território e formação por decisão unilateral daquilo que hoje é Chipre

20 Hoffmeister, F. (2006). *Legal Aspects of the Cyprus Problem: Annan Plan and EU Accession*. Martinus Nijhoff Publishers.; Ker-Lindsay, J. (2011). *The Cyprus Problem: What Everyone Needs to Know*. Oxford: Oxford University Press.

21 Ibid.

22 Ker-Lindsay, J. (2011). *The Cyprus Problem: What Everyone Needs to Know*. Oxford: Oxford University Press.; Oberling, P. (1982). *The Road to Bellapais: The Turkish Cypriot Exodus to Northern Cyprus*. East European Monographs.

23 A “Linha Verde”, ou zona de tampão delimitada pela ONU no Chipre, é uma zona desmilitarizada, patrulhada pela UNFICYP estabelecida em 1964, posteriormente prolongada em 1974 após a invasão turca do Chipre e a divisão da ilha.

24 Hoffmeister, F. (2006). *Legal Aspects of the Cyprus Problem: Annan Plan and EU Accession*. Martinus Nijhoff Publishers.

25 BBC Home. (24 de Abril de 2004). *1964: Guns fall silent in Cyprus*. BBC ON THIS DAY. Consultado a 21 de Março de 2023, em http://news.bbc.co.uk/onthisday/hi/dates/stories/august/10/newsid_3037000/3037898.stm.

26 Landau, J. M. (1979). *Johnson's 1964 Letter to İnönü and Greek Lobbying of the White House*. Hebrew University of Jerusalem, Leonard Davis Institute for International Relations.

27 Mirbagheri, F. (2014). *Cyprus and International Peacemaking 1964-1986*. New York: Routledge.

28 Atkin, N., Biddiss, M., & Tallett, F. (2011). *The Wiley-Blackwell Dictionary of Modern European History Since 1789*. Oxford: John Wiley & Sons; Danopoulos, C. P., Vajpeyi, D. K., & Bar-Or, A. (2004). *Civil-military Relations, Nation Building, and National Identity: Comparative Perspectives*. West Port, CT: Greenwood Publishing Group; Mallinson, W. (2008). *Cyprus: A Modern History*. New York: I.B. Tauris; Papadakis, Y. (2003). Nation, narrative and commemoration: political ritual in divided Cyprus. *History and Anthropology*, 14(3), 253–270.

W. (2008). *Cyprus: A Modern History*. New York: I.B. Tauris.

14 Ibid.

15 Ker-Lindsay, J. (2011). *The Cyprus Problem: What Everyone Needs to Know*. Oxford: Oxford University Press.

16 O novo quadro constitucional estava capacitado de provisões legais para que a minoria turca-cipriota não fosse marginalizada pela vasta maioria greco-cipriota.

17 Este rácio (70:30) aplicava-se também a outras instituições do Estado, por exemplo no Parlamento.

18 Ker-Lindsay, J. (2011). *The Cyprus Problem: What Everyone Needs to Know*. Oxford: Oxford University Press.

19 Ibid.

do Norte.²⁹ A 1 de Maio de 2004 deu-se a entrada de Chipre na União Europeia, considerando-se a entrada de todo o território. No entanto, constata-se que a legislação europeia se encontra suspensa relativamente a Chipre do Norte até que o problema cipriota seja resolvido.

3. O sistema eleitoral de Chipre

A República de Chipre, único Estado-Membro da União Europeia dotado de um sistema de governo presidencialista, teve a sua eleição presidencial no passado dia 5 de Fevereiro de 2023, com a realização de uma segunda volta a 12 de Fevereiro de 2023, por forma a cumprir com o previsto na sua constituição.

A circunstância de ser um país com um sistema presidencial significa que o seu Chefe de Estado, o Presidente, é simultaneamente o seu Chefe de Governo conforme os artigos 36º e 46º, da Constituição da República de Chipre (CRC).³⁰ Nos termos do nº 1 do artigo 39º e do artigo 43º, da CRC³¹, o Presidente da República é eleito por sufrágio universal, direto e secreto por um período de 5 anos.

Como Chefe de Estado, cabe ao Presidente da República, nos termos do artigo 37º da CRC³²:

- i. Representar a República em todas as suas funções oficiais;
- ii. Assinar as credenciais de enviados diplomáticos nomeados de acordo com o artigo 54º da CRC e receber as credenciais e acreditar diplomatas estrangeiros;
- iii. Assinar as credenciais de delegados nomeados nos termos do artigo 54º da CRC para a negociação de Tratados Internacionais, Convenções e outros Acordos, bem como assinar os referidos Tratados, Convenções e Acordos e ainda a carta relacionada com a transmissão dos instrumentos de ratificação de Tratados, Convenções e Acordos como estabelecido pela Constituição;
- iv. Conferir as honras da República.

Os candidatos à presidência da República são, nos termos do nº 2 do artigo 39º da CRC, eleitos caso obtenham mais de 50% dos votos considerados válidos. Significa isto que, na eventualidade de nenhum dos candidatos obter uma maioria absoluta, será agendada uma segunda volta entre os dois melhor classificados, exatamente uma semana após a data da primeira eleição³³, sendo então eleito o candidato mais votado.³⁴ Os candidatos ao cargo em disputa devem cumprir, nos termos do artigo 40º da CRC, quatro critérios:

- i. Devem ser cidadãos cipriotas;
- ii. Devem ter pelo menos 35 anos;
- iii. Não devem ter sido condenados por crimes de desonestidade ou torpeza moral, ou ainda não devem estar sob desqualificação imposta por um tribunal competente por nenhuma ofensa eleitoral;
- iv. Não devem sofrer de nenhuma perturbação psíquica que os incapacite de atuar de acordo com as suas funções.

Daqui resulta a constatação de que a capacidade eleitoral passiva na eleição para a presidência da República de Chipre é de 35 anos. Já a capacidade eleitoral ativa, e à semelhança do que acontece relativamente às eleições legislativas no país, é de 18 anos.

Nos termos do artigo 48º da CRC, o Presidente da República, enquanto Chefe de Governo, tem um conjunto de competências³⁵, designadamente:

- i. Nomeação e demissão dos Ministros;
- ii. Reunir o Conselho de Ministros, presidir as mesmas reuniões e participar nas discussões, pese embora não tenha poder de voto;
- iii. Preparar a agenda das reuniões do Conselho de Ministros
- iv. Direito de vetar as decisões do Conselho de Ministros em matéria de política externa, defesa ou segurança;
- v. Devolver decisões ao Conselho de Ministros;
- vi. Direito de veto final em leis ou decisões da Assembleia da República relativas a matérias de política externa, defesa ou segurança.

4. As eleições presidenciais de 2023

Nas últimas eleições, concorreram catorze candidatos, a saber:

- o independente Nikos Christodoulides, apoiado por seis partidos³⁶ (DIKO, EDEK, DIPA, Movimento de Solidariedade, Movimento da União dos Cipriotas Caçadores e o Partido dos Animais);
- o independente Andreas Mavroyiannis, apoiado pelo AKEL e o movimento Generation Change³⁷;

35 Ibid.

36 Kathimerini.com.cy. (31 de Agosto de 2022b). *Στηρίζει Χριστοδουλίδη η Αλληλεγγύη*. Kathimerini.com.cy. Consultado a 24 de Fevereiro de 2023 em, <https://www.kathimerini.com.cy/gr/politiki/stirizei-xristodoylidi-i-allileggyi> ; Kathimerini.com.cy. (2023, February 10). *Κόμμα για τα Ζώα: Στηρίζουμε Νίκο Χριστοδουλίδη*. Kathimerini.com.cy. Consultado a 24 de Fevereiro de 2023 em, <https://www.kathimerini.com.cy/gr/politiki/proedrikes-2023/komma-gia-ta-zwa-stirizoyme-niko-xristodoylidi> ; Philenews. (3 de Outubro de 2022c). *Το Κίνημα των Κυνηγιών υποστηρίζει την υποψηφιότητα Ν.Χριστοδουλίδη*. Consultado a 24 de Fevereiro de 2023 em, <https://www.philenews.com/eidiseis/politiki/article/1566466; ΔΗΚΟ: Το Εκτελεστικό Γραφείο εισηγείται στην ΚΕ τη στήριξη Νίκου Χριστοδουλίδη>. (23 de Junho de 2022). AlphaNews.Live. Consultado a 24 de Fevereiro de 2023 em, <https://www.alphanews.live/politics/diko-ektelestiko-grafeio-eisigaitai-stin-ke-ti-stirixi-nikoy-hristodoylidi; Ομόφωνα στήριξη του Νίκου Χριστοδουλίδη αποφάσισε το Πολιτικό Γραφείο της ΕΔΕΚ>. (13 de Julho de 2022). ΠΟΛΙΤΗΣ. Consultado a 24 de Fevereiro de 2023 em, [https://politis.com.cy/politis-news/politiki/498736/omofona-stirixi-toy-nikoy-christodoylidi-apofasise-to-politiko-gafeio-tis-edek; ΠΗΓΗ: Ανακοινώσεις. \(15 de Outubro de 2022b\). Ο κύβος ερρίφθη - Με Χριστοδουλίδη η ΔΗΠΑ](https://politis.com.cy/politis-news/politiki/498736/omofona-stirixi-toy-nikoy-christodoylidi-apofasise-to-politiko-gafeio-tis-edek; ΠΗΓΗ: Ανακοινώσεις. (15 de Outubro de 2022b). Ο κύβος ερρίφθη - Με Χριστοδουλίδη η ΔΗΠΑ). Kathimerini.com.cy. Consultado a 24 de Fevereiro de 2023 <https://www.kathimerini.com.cy/gr/politiki/proedrikes-2023/o-kybos-errifithi-me-xristodoylidi-i-dipa>.

37 Kathimerini.com.cy. (24 de Junho de 2022a). *Καλωσόρισε τη στήριξη της Άννας Θεολόγου ο Μαυρογιάννης*. Kathimerini.com.cy. Consultado a 24 de Fevereiro de 2023 em, <https://www.kathimerini.com.cy/gr/politiki/kalosorise-ti-stirixi-tis-annas>.

29 Ker-Lindsay, J. (2011). *The Cyprus Problem: What Everyone Needs to Know*. Oxford: Oxford University Press.

30 Constitute. (n.d.). *Cyprus's Constitution of 1960 with Amendments through 2013*. Constitute.org. Consultado a 24 de Fevereiro de 2023, em https://www.constituteproject.org/constitution/Cyprus_2013.pdf?lang=en.

31 Ibid.

32 Ibid.

33 Nos termos do nº3 do artigo 39º da CRC, caso não seja possível realizar a segunda volta passado uma semana, devido a condições extraordinárias, a eleição terá lugar no mesmo dia da semana posterior. In Constitute. (n.d.). *Cyprus's Constitution of 1960 with Amendments through 2013*. Constitute.org. Consultado a 24 de Fevereiro de 2023, em https://www.constituteproject.org/constitution/Cyprus_2013.pdf?lang=en.

34 Ibid.

- Averof Neofytou, apoiado pelo DISY³⁸;
- Christos Christou, apoiado pelo ELAM³⁹;
- o independente Achilleas Dmetriades, apoiado pelo Famagusta Pelo Chipre⁴⁰;
- o independente Alexios Savvides;
- o independente Andronicos Zervides;
- a independente Celestina de Petro;
- o independente Charalampos Aristotelous;
- Constantinos Christofides, do Movimento New Wave;
- o independente George Colocassides;
- o independente Andreas Efstratiou;
- Loulia Khovrina Komninou, presidente do Partido Unido do Chipre Republicano⁴¹;
- Loukas Stavrou, presidente do Partido da Reconstrução Nacional Comunitária.⁴²

Na primeira volta, com um total de 404.321 votos num universo de 561.273 eleitores⁴³, nenhum dos candidatos ultrapassou a barreira de 50% de votos válidos (Quadro 1), tendo sido disputada a 12 de Fevereiro a segunda volta entre Nikos Christodoulides e Andreas Mavroyiannis, os dois candidatos mais votados na primeira volta.

Quadro 1: Resultados Eleitorais da Primeira Volta a 5 de Fevereiro de 2023⁴⁴

Candidato	Votos (n°)	Votos (%)
Nikos Christodoulides	127.309	32.04%

-theology-o-mayrogiannis.

38 Hazou, E. (2023, February 2). *Disy says presidential bids to be submitted Jan 10*. Cyprus Mail. Consultado a 24 de Fevereiro de 2023 em, <https://cyprus-mail.com/2022/01/03/disy-says-presidential-bids-to-be-submitted-jan-10/>.

39 Larnakaonline. (27 de Dezembro de 2021). *Χρίστου: Με δικό μας υποψήφιο στις Προεδρικές* - Larnakaonline.com.cy. Larnakaonline.com.cy. Consultado a 24 de Fevereiro de 2023 em, <https://larnakaonline.com.cy/2021/12/27/christou-me-diko-mas-ypopsifio-stis-proedrikes/>.

40 Philenews. (16 de Junho de 2022b). *Η Πρωτοβουλία «Αμμόχωστος για την Κύπρο» στηρίζει Δημητριάδη*. Consultado a 24 de Fevereiro de 2023, em <https://www.philenews.com/eidiseis/politiki/article/1490765/i-protoboylia-ammochostos-ga-tin-kypro-stirizei-dimitriadi>.

41 Τάττης, Γ. (21 de Novembro de 2022). *Στην κούρσα των Προεδρικών η Ιουλία Χόβρινα Κομνηνού- Υποστηρίζεται από Ρώσους* | News. Signalive. Consultado a 24 de Fevereiro de 2023, em <https://www.signalive.com/news/politics/1035805/stin-koursa-ton-proedrikon-i-ioulia-xovrina-komninou-ypostirizetai-apo-rosous>.

42 Philenews. (2 de Maio de 2022a). *Επόμενο Προηγούμενο Υποψήφιος για τις Προεδρικές Εκλογές ο Λουκάς Σταύρου*. Philenews. Consultado a 24 de Fevereiro de 2023, em <https://www.philenews.com/eidiseis/politiki/article/1459321/ypopsifios-ga-tis-proedrikes-eklogs-o-loykas-stavroy>.

43 Vavel Netmedia Ltd. (n.d.-a). *Presidential runoff Elections 2023: Official Results*. Consultado a 24 de Fevereiro de 2023, em https://live.elections.moi.gov.cy/English/PRESIDENTIAL_RUNOFF_ELECTIONS_2023/Islandwide.

44 Vavel Netmedia Ltd. (n.d.-a). *Presidential runoff Elections 2023: Official Results*. Consultado a 24 de Fevereiro de 2023, em https://live.elections.moi.gov.cy/English/PRESIDENTIAL_RUNOFF_ELECTIONS_2023/Islandwide.

Andreas Mavroyiannis	117.551	29.59%
Averof Neofytou	103.748	26.11%
Christos Christou	23.988	6.04%
Achilleas Dmetriades	8.137	2.05%
Constantinos Christofides	6.326	1.59%
Georgios Colocassides	5.287	1.33%
Alexios Savvides	2.395	0.60%
Charalampos Aristotelous	866	0.22%
Celestina de Petro	575	0.14%
Andronicos Zervides	341	0.09%
Loulia Khovrina Komninou	330	0.08%
Andreas Efstratiou	299	0.08%
Loukas Stavrou	165	0.05%

Esta primeira volta levou a que os três primeiros lugares fossem conseguidos por três assessores próximos de Nico Anastasiades, o ainda presidente à data da votação, nomeadamente Averof Neofytou, Andreas Mavroyiannis e Nikos Christodoulides.

Na segunda volta, houve um total de 406.616 votos, o que comparativamente à primeira volta⁴⁵ se consubstanciou num aumento de 2.295 votos, em termos absolutos (Quadro 2).

Quadro 2: Resultados Eleitorais da Segunda Volta a 12 de Fevereiro de 2023⁴⁶

Candidato	Votos (n°)	Votos (%)
Nikos Christodoulides	204.867	51.97%
Andreas Mavroyiannis	189.335	48.03%

Os resultados deram a vitória a Nikos Christodoulides, com uma distância mínima de 3,94% relativamente ao seu opositor direto, facto para que terá contribuído o apoio do presidente cessante⁴⁷. É ainda de sublinhar que, não obstante esse apoio, Averof Neofytou, candidato que tinha ficado em terceiro lugar, decidiu não apoiar nenhum dos dois candidatos que disputaram a segunda volta.

5. Dinâmicas relativas à abstenção

No que concerne à abstenção, e tendo por base os valores da mesma nas eleições presidenciais realizadas ao longo dos últimos anos⁴⁸, verificou-se

45 Vavel Netmedia Ltd. (n.d.-b). *Presidential Elections 2023: Official Results*. Consultado a 24 de Fevereiro de 2023, em http://results.elections.moi.gov.cy/English/PRESIDENTIAL_ELECTIONS_2023/Islandwide.

46 Vavel Netmedia Ltd. (n.d.-b). *Presidential Elections 2023: Official Results*. Consultado a 24 de Fevereiro de 2023, em http://results.elections.moi.gov.cy/English/PRESIDENTIAL_ELECTIONS_2023/Islandwide.

47 Hadjicostis, M. (12 de Fevereiro de 2023). *Ex-minister Christoulides wins Cyprus presidential election. AP NEWS*. Consultado a 27 de Maio de 2023 em, <https://apnews.com/article/cyprus-government-united-states-8f85f71fe4584c1a1638fb4240dd673a>.

48 Na senda do Estudo “A Abstenção Eleitoral Em Tempos de Pandemia Covid-19 (Análise de 36 Actos Eleitorais em 26 Estados Espalhados pelo Mundo)” realizado pelo Observatório Eleitoral Internacional em 2022, mas desta feita com um campo de análise mais alargado – 30 anos. In https://cejea.ulusiada.pt/portals/cejea/Publica%E7%F5es/Monografias/Documentos/polis_5_separata.pdf, consultado a

uma ligeira descida nos períodos de 1993 a 1998 (0,10%) e de 2003 a 2008 (0,29%), tendo-se constatado um forte aumento a partir dessa data. Curiosamente, segue a mesma tendência observada nas eleições legislativas de 2011, 2016 e 2021, que foram objeto de análise pelo Observatório Eleitoral Internacional.⁴⁹ Efetivamente, a questão da corrupção tem sido a maior causa de afastamento dos eleitores das urnas, sendo que nestas eleições presidenciais de 2023 atingiu o valor record de 27.96% (Quadro 3).

Quadro 3: Tendências nos Valores da Abstenção nas Eleições Presidenciais entre 1993 e 2018⁵⁰

Ano	Total de eleitores	Total de votos (n°)	Total de votos (%)	Abstenção
1993	393,993	367,474	93.27%	6.73%
1998	447,046	417,406	93.37%	6.63%
2003	476,758	431,690	90.55%	9.45%
2008	516,448	469,143	90.84%	9.16%
2013	545,493	445,009	81.58%	18.42%
2018	550,876	407,475	73.97%	26.03%
2023	561,273	404,321	72.04%	27.96%

6. A política externa de Chipre

O tema do ‘Problema cipriota’ tem sido central no contexto da política externa de Chipre. A questão é de tal forma importante para os cipriotas-gregos que muitos observadores tendem a pensar que a política de Chipre se centra apenas na tentativa de resolução dessa questão, e pouco mais. O tema é, sem dúvida, uma preocupação e que tem conduzido à implementação de ações de política externa que passam por angariar apoios e pela formação de alianças internacionais e acordos, sem esquecer também a adesão à União Europeia. No entanto, a política externa de Chipre tem também outras dimensões. A dimensão mais importante é provavelmente o que se relaciona com a segurança regional, abarcando não apenas o Mediterrâneo, mas também a região do Médio Oriente e do Golfo Pérsico, dada a proximidade regional de Chipre. Chipre tem procurado estabelecer e desenvolver boas relações com vários países, designadamente, a Grécia, o Egito, Israel, a Jordânia, o Líbano, os Emirados Árabes Unidos, e os Estados Unidos da América. A Palestina também não tem sido esquecida. Não obstante as preocupações com a segurança internacional, que é da maior importância, e que estão relacionadas com matérias como soberania e o Direito Internacional, Chipre tem procurado alargar o âmbito de questões analisadas e discutidas. Tem procurado cobrir temas que extravasam a segurança regional, incluindo também a educação, a inovação, o ambiente e as alterações climáticas. Estas questões têm sido analisadas e discutidas em fóruns a nível de conferências ministeriais ou outro tipo de instituições. A ideia principal é procurar estruturar as relações com os diversos países de uma forma institucionalizada para fomentar e facilitar a coo-

peração e a tomada de decisões. A segunda dimensão de que se pode destacar prende-se com um maior envolvimento e participação com a União Europeia, não apenas no que concerne o ‘Problema cipriota’, mas também relativamente a um conjunto alargado de outros assuntos específicos à instituição. Esta preocupação tem sido crescente desde a admissão de Chipre na União Europeia em 2004. Mas, para além disso, este envolvimento tem também procurado sensibilizar a União Europeia para as questões regionais e do Médio Oriente, algo que foi aproveitado desde a primeira presidência da União Europeia por Chipre no segundo semestre de 2012. A situação geográfica de Chipre posiciona este país numa situação favorável para o estabelecimento de ligações nesta região do globo, o que lhe pode dar algumas vantagens na União Europeia.⁵¹ Uma terceira vertente de política externa que Chipre tem procurado explorar é o fortalecimento das suas relações com os Membros Permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas, tendo aqui também uma preocupação particular com a resolução do ‘Problema cipriota’, mas não só. Tem-se procurado estabelecer e desenvolver laços fortes com estes e outros países, com objetivos que também estão relacionados com segurança marítima, o combate ao terrorismo, e a segurança e defesa de um modo mais abrangente. O que o acima referido significa é que, apesar do ‘Problema cipriota’ ocupar um lugar de destaque na política externa de Chipre, existem outras preocupações e interesses, como seria de esperar. Tal não deve surpreender pois o espaço geográfico onde Chipre está inserido é complexo, tal como todo o restante Mediterrâneo Oriental. Um tema que também merece destaque é a questão da arquitetura de segurança energética da região que, de certa forma, é transversal a todos os eixos de política externa de vários países.⁵² Curiosamente, a questão da entrada de Chipre na NATO nunca ocorreu. O tema chegou a ser discutido na Conferência de Zurique que ocorreu de 5 a 11 de fevereiro de 1959, organizada pela Grécia e pela Turquia, e até antes disso a nível governamental. Num dos pontos do “Acordo de Cavalheiros”, assinado pelos primeiros-ministros da Grécia e da Turquia na altura, Konstantinos Karamanlis e Adan Menderes, respetivamente, constava que ambos os países apoiariam a entrada de Chipre na NATO.⁵³ Para além disso, previa o estabelecimento de bases militares da NATO bem como um acordo entre a Grécia e a Turquia em relação à composição étnica das unidades que fariam parte dessas forças. No entanto, isso acabaria por sofrer a oposição do governo britânico, com a concordância da Turquia, argumentando que a admissão à NATO nessa altura era prematura. O tema voltou a ser revisitado anos mais tarde, mas nunca se materializou. Eventualmente, podem existir razões associadas ao facto de Chipre

27 de Maio de 2023.
49 Ibid.
50 IDEA. (n.d.). *Cyprus*. Consultado a 24 de Fevereiro de 2023, em <https://www.idea.int/data-tools/country-view/90/40>.

51 De notar que a entrada de Chipre na União Europeia ocorreu num momento conturbado pois tinham passados poucos anos após os ataques de 11 de Setembro de 2001 e foi iniciado pelo Presidente dos Estados Unidos da América na altura, George W. Bush, o que ficou conhecido como a “guerra ao terror” e o conflito no Afeganistão. Para além disso, em 2003 iniciou-se a Guerra do Iraque e em 2007-2008 iniciou-se a crise financeira global, o que também não facilitou a situação.
52 Adamides, C., & Odysseas, C. 2015. “Energy Security and the Transformation of Regional Securitization in the Eastern Mediterranean.” In Savvas, K. (Ed.), *Societies in Transition: The Social Implications of Economic, Political and Security Transformations*. London: Springer.
53 Mallinson, W. (2008). *Cyprus: A Modern History*. New York: I.B. Tauris.

ter decidido fazer parte do grupo dos “Não-alinhados” durante a Guerra-Fria e após a sua independência, sendo inclusivamente um dos seus membros fundadores.⁵⁴ Tendo feito parte do Império Britânico⁵⁵ até à sua independência, e tal como ocorreu com outros países, designadamente a Índia após a partição, Chipre optou por não se colocar nem do lado da NATO nem do Pacto de Varsóvia. No entanto, sendo uma possibilidade, também não é óbvio que este facto tenha sido um elemento fundamental que impediu a entrada de Chipre na NATO nessa altura.

De um modo geral, a política externa de Chipre tem-se centrado, desde há vários anos, na utilização de instrumentos de *soft power*, sem excluir os instrumentos tradicionais. Muito disso é resultado do seu passado e presente atribulados, da sua dimensão e localização geográfica. Nesse âmbito, tem procurado atingir os seus objetivos e acautelar os seus interesses, fundamentalmente, através da diplomacia económica e cultural, não excluindo outras formas de ação política. A ideia é estabelecer e fortalecer relações com outros países, de diferentes dimensões e posicionamento na ordem internacional, no sentido de valorizar a sua localização geoestratégica, e tendo em consideração a sua condição de pequeno Estado.

54 Não obstante não ser totalmente evidente que se possa estabelecer essa ligação e podendo existir outras razões.

55 Inicialmente, Chipre foi colocado sob administração britânica com base na Convenção de Chipre em 1878 e em 1914 formalmente anexado pelo Império Britânico e tendo sido posto fim à Convenção de Chipre. Ver, por exemplo, Varnava, A. 2012. *British imperialism in Cyprus, 1878–1915: the inconsequential possession*. New York: Manchester University Press.